

7-10 de Setembro de 1974
em Lourenço Marques (Moçambique).
Uma tentativa de independência branca?

7-10 September 1974 in Lourenço Marques
(Mozambique). An attempt at white
independence?

Michel Cahen

Michel Cahen

Sciences Po Bordeaux | Les Afriques dans le Monde (LAM) | CNRS

ORCID: 0000-0001-7595-5280

7-10 DE SETEMBRO DE 1974
EM LOURENÇO MARQUES
(MOÇAMBIQUE). UMA TEN-
TATIVA DE INDEPENDÊNCIA
BRANCA?

Entre 7 e 10 de setembro de 1974, ao tomar conhecimento do conteúdo do Acordo de Lusaka entre o Governo português e a Frelimo, uma parte da população colonial da capital moçambicana revoltou-se contra o que entendia ser uma simples transferência de poder para a Frelimo. Durante quatro dias, a estação de rádio ocupada apelou à revolta e ao apoio das tropas especiais (que não apareceram). Houve massacres de negros nos bairros periféricos. De facto, a revolta foi muito heterogênea, desde a simples indignação da população colonial por não ter sido consultada, até aos grupos ultrafascistas responsáveis pelos massacres. Estes últimos provocaram uma revolta maciça da população negra, com o perigo de massacres indiscriminados de brancos, que acabaram por ser travados por uma ação conjunta entre as tropas portuguesas e a Frelimo. No entanto, é demasiado simplista analisar este movimento como uma tentativa de independência à semelhança da Rodésia. Tratava-se, antes, do sonho de um “Novo Brasil”.

Palavras-chave: População colonial; Acordo de Lusaka; FRELIMO; MFA; descolonização.

7-10 SEPTEMBER 1974 IN
LOURENÇO MARQUES
(MOZAMBIQUE). AN
ATTEMPT AT WHITE
INDEPENDENCE?

From 7 to 10 September 1974, having learned of the content of the Lusaka Agreement between the Portuguese government and Frelimo, part of the colonial population of Mozambique's capital rebelled against what they saw as a simple transfer of power to Frelimo. For four days, the occupied radio station called for revolt and support, especially from the special troops (who did not come). There were massacres of black people in the outlying neighbourhoods. The revolt was very heterogeneous, from the simple indignation of the colonial population at not being consulted to the ultra-fascist groups responsible for the massacres. The latter provoked a massive uprising among the black population, with the risk of indiscriminate killing of whites, which was eventually stopped by joint action by Portuguese troops and Frelimo. However, it is all too easy to analyse this movement as an attempt at independence 'à la Rhodesia'. Instead, it was the dream of a 'New Brazil'.

Keywords: Colonial population; Lusaka Agreement; FRELIMO; MFA; decolonisation.

7-10 SEPTEMBRE 1974 À
LOURENÇO MARQUES
(MOZAMBIQUE). UNE TEN-
TATIVE D'INDÉPENDANCE
BLANCHE ?

Du 7 au 10 septembre 1974, en apprenant le contenu de l'Accord de Lusaka entre le gouvernement portugais et le Frelimo, une partie de la population coloniale de la capitale mozambicaine s'est révoltée contre ce qu'elle considérait comme un simple transfert de pouvoir au Frelimo. Pendant quatre jours, la radio occupée appelle à la révolte et au soutien, notamment des troupes spéciales (qui ne viendront pas). Des massacres de Noirs ont lieu dans les quartiers périphériques. De fait, la révolte est très hétérogène, allant de la simple indignation de la population coloniale de ne pas avoir été consultée aux groupes ultra-fascistes responsables des massacres. Ces derniers ont provoqué une révolte massive de la population noire, avec le risque de massacres aveugles de Blancs, qui ont finalement été stoppés par une action conjointe des troupes portugaises et du Frelimo. Cependant, il est trop facile d'analyser ce mouvement comme une tentative d'indépendance «à la Rhodésie». Il s'agissait plutôt du rêve d'un «Nouveau Brésil».

Mots-clés : Population coloniale; Accord de Lusaka; FRELIMO; MFA; décolonisation

Há cinquenta anos, a 7 de Setembro de 1974 de manhã, foi anunciado em Lusaca o acordo conseguido na véspera, que pôs fim ao conflito armado entre o governo português e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)¹. Com grande relutância, o Presidente português do pós-25 de Abril, o General António de Spínola, promulgou-o no dia seguinte², quando a situação em Lourenço Marques se deteriorava rapidamente. Este acordo previa o cessar-fogo, a partir do dia 8, às zero horas, a independência em 25 de junho de 1975, e a rápida constituição de um governo de transição, com um Alto-Comissário nomeado por Portugal e um Primeiro-Ministro nomeado pela Frelimo, nove ministros (seis escolhidos pela Frelimo e três pelo Alto-Comissário português) e uma comissão militar mista. Este acordo não previa nem um referendo sobre a independência, nem eleições pluralistas. O governo de transição foi empossado ao 20 de setembro de 1974, com o Almirante Vítor Crespo como Alto-Comissário português e Joaquim Chissano como Primeiro-ministro moçambicano.

O Acordo de Lusaca foi sentido por setores da sociedade colonial moçambicana e correntes da Direita portuguesa como uma mera *entrega* do poder à Frelimo, por parte do governo português e dos militares que queriam voltar a casa o mais rapidamente possível. E houve grande indignação, entre os setores da sociedade colonial, perante o facto de nem terem sido consultados. O Acordo baseava-se no reconhecimento incondicional, por parte de Portugal, do direito à independência do país, mas também da legitimidade da Frelimo, conferida pelos dez anos das lutas de libertação.

Assim eclodiu a “Revolta do Rádio-Clube”, a principal emissora de Moçambique. Ocupada durante quatro dias (7 a 10 de setembro de 1974), os amotinados emitiram mensagens de revolta contra o Acordo de Lusaca, apelando às tropas especiais estacionadas, principalmente, no Norte do Moçambique, a vir em apoio do movimento. O edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT) e o aeroporto foram ocupados, mas rapidamente evacuados. A prisão de Machava foi atacada e os agentes da DGS que haviam sido presos – várias semanas depois do 25 de Abril, nada de imediato após o golpe – foram libertados e apoiaram a “Revolta”. Esta uniu alguns milhares de brancos, mestiços e alguns negros, alguns armados. Se não houve grande violência no ataque ao próprio Rádio Clube, registaram-se ataques a brancos considerados favoráveis à Frelimo, as suas associações foram incendiadas³ e, sobretudo, chacinas indiscriminadas contra a população negra dos subúrbios (a “cidade do caniço”), perpetradas por jovens extremistas, que provocaram muitas centenas de mortos (as estimativas vão de 400 a 3 000 mortos, sem mencionar os muitos feridos). Tratava-se de aterrorizar a população negra para a impedir de aderir à “independência da Frelimo”. Mas essas chacinas provocaram, principalmente, a partir do dia 9 o levantamento maciço da população dos subúrbios, que começou a dirigir-se à “cidade de cimento”, onde moravam os brancos, fazendo temer massacres, também indiscriminados da população branca, acusada de tentar impedir a independência recém-aceite pelo Acordo de Lusaca.

¹ O texto completo do Acordo de Lusaca pode ser encontrado, por exemplo, no site do Centro de Documentação 25 de Abril (Coimbra), <<https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/2039>>.

² *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 210, de 9 de setembro de 1974.

³ Em particular as sede dos «Democratas de Moçambique» e da Associação Académica de Moçambique.

Foi preciso a audácia de um grupo de comandos do exército português, comandado por um oficial que, na realidade, era membro da Frelimo, para inverter a situação, lançando no ar o famoso código “Galo amanheceu”, que significava que elementos da base clandestina “Galo” da Frelimo, sediada no bairro da Mafalala, se tinha apoderado, de novo, do Rádio Clube⁴. Isto foi facilitado pelo facto de os amotinados estarem agora apavorados pela notícia da vinda maciça da população de todos os subúrbios negros. Muito simplesmente, não tinham pensado que o povo negro pudesse reagir às chacinhas. E foi precisa a coragem da rede clandestina da Frelimo nos subúrbios para conter essa deslocação da população para a cidade de cimento.

Será que essa revolta foi espontânea? Será que foi um movimento a favor de uma “independência branca” de tipo rodesiano, contrariando a descolonização⁵? Será que exprimia uma nostalgia salazarista? Não se trata de fazer aqui mais uma história do 7 de Setembro de 1974⁶, mas de tentar interpretar melhor o que aconteceu.

O fim do colonialismo tardio

A situação mudou consideravelmente em Moçambique depois da viragem de 1958-1961. Muitos historiadores consideram que isto foi fruto do início das guerras de libertação (Angola, 1961; Guiné, 1963; Moçambique, 1964), mas podem vislumbrar-se indícios de mudança ainda antes deste período, logo nos finais dos anos de 1950. Por isso, qualifico de “colonialismo tardio” o período 1958-1961/1975⁷, quando a colónia entra

⁴ O principal coordenador da tomada do Rádio Clube foi Aurélio Le Bon, oficial miliciano dos comandos do Exército colonial, que já era membro da Frelimo. No entanto, foi depois considerado como «comprometido» e teve de submeter-se ao processo de reeducação desses comprometidos, embora não escondendo a sua grande admiração por Samora Machel. Escreveu as suas memórias num livro fascinante: *Mafalala 1974. Memória do 7 de Setembro, a grande operação*, coord. de Benedito Machava, Maputo, Movimento Editora, 2015.

⁵ É de lembrar que na vizinha Rodésia do Sul, a minoria branca (acerca de 5% da população total) tinha declarado uma independência unilateral (UDI) no dia 11 de Novembro de 1965, recusando entrar no processo de independência previsto pelo governo britânico, segundo a regra do *majority rule*. Face à recusa da Grã-Bretanha em reconhecer a UDI, a Rodésia proclamou-se república em 1970 e rompeu, oficialmente, com a *Commonwealth*. A guerra só terminou em 1979, já depois da independência de Moçambique.

⁶ Sobre este episódio, as principais obras a consultar (além do já citado Aurélio Le Bon), de orientações muito diversas, até antagónicas, são (aqui apresentadas por ordem cronológica de publicação): Jorge [Pereira] JARDIM, *Moçambique – Terra Queimada*, Lisboa, Ed. Intervenção, 1976; Bernardo G. OLIVEIRA (coord.), *Aqui Domingo Moçambique* [sic], Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico, 1978; Ricardo SAAVEDRA, *Aqui Moçambique Livre*, Lisboa, Livraria Moderna, 1994; Ricardo SAAVEDRA, *Os dias do fim. Romance*, Lisboa, Editorial Notícias, [1995]; José Freire ANTUNES, *Jorge Jardim, agente secreto*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996; Barnabé Lucas NCOMO, *Uria Simango – um homem, uma causa*, Maputo, Edições Novafrica, 2003; Fernando Amaro COUTO, *Moçambique 1974. O fim do império e o nascimento da nação*, Lisboa, Editorial Caminho, 2011; Ribeiro CARDOSO, *O fim do império. Memória de um soldado português. O 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*, Lisboa, Ed. Caminho, 2014; Clotilde MESQUITELA, *Moçambique. 7 de Setembro. Memórias de uma revolução*, Lisboa, Branco Editores, 2014; Benedito MACHAVA, “Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra), 2015, 106: 53-84. Mais referências serão indicadas *infra*.

⁷ Outros autores consideram o colonialismo tardio como sendo o período a partir de 1945. Não concordo porque, justamente, este período, até 1958, foi um período de crispação e arcaísmo, em particular, com o endurecimento das leis sobre o indigenato. Cf. Michel CAHEN, «Lénine, l’impérialisme portugais, Gervase Clarence-

no “colonialismo desenvolvimentista”, que as colónias de outras potências coloniais haviam conhecido a partir de 1945.

Para sintetizar, três coisas fundamentais mudaram:

- o trabalho forçado foi proibido em 1961 e pode considerar-se que tinha desaparecido por volta de 1965; os africanos já podiam migrar mais facilmente, nomeadamente para vir viver nas cidades;

- o condicionamento industrial a que as colónias eram submetidas parou de impedir a industrialização, os investimentos estrangeiros, fortemente travados por Salazar a partir de 1930, começaram a chegar, em particular depois de 1965 (novo Código do investimento estrangeiro);

- o aumento considerável dos imigrantes brancos – colonos – criou uma situação de crescimento urbano, mas também de concorrência, no mercado do trabalho, com a mão de obra africana qualificada; criou uma extensão da rede escolar que, embora virada para a população colonial, começou a servir também uma “maior minoria” de africanos (nomeadamente mestiços), o que permitiu o aparecimento de uma pequena elite africana urbana trabalhando quase na totalidade no setor dos serviços.

Assim apareceu nas cidades recentes (Lourenço Marques e Beira, cidades criadas nos finais do século XIX) uma população colonial em parte crioula (brancos já nascidos na colónia, mestiços e negros assimilados também nascidos na colónia) ou “crioulizada” (população nascida em Portugal, mas pensando passar toda a sua vida em Moçambique), fortalecida pela ideologia luso-tropicalista que, agora, advogava a mestiçagem e a nação multiétnica e pluricontinental. Essas “proto-crioulidades” apoiavam, maioritariamente, o esforço de guerra do governo contra os “terroristas”, mas ficavam, por vezes, descontentes, uma vez que se consideravam, na maior parte dos casos, mais modernas e desenvolvidas que as populações da própria metrópole e eram muito hostis ao Banco Nacional Ultramarino, que, em sua opinião, não ajudava os colonos.

Nas cidades antigas, vindas do período anterior à colonização ou dos princípios desta (Ilha de Moçambique, Tete, Quelimane, Angoche, Sofala etc.), as velhas criouledades (brancas e mestiças) estavam também descontentes, por causa da marginalização económica das suas províncias, a partir da viragem do primeiro terço do século XX, em favor do Sul vizinho das colónias britânicas mais desenvolvidas.

De certa forma, um exemplo – e uma personagem típica – desta evolução foi o Engenheiro Jorge Pereira Jardim, amigo íntimo de António de Oliveira Salazar, enviado por este a Moçambique, para vigiar “informalmente” a colónia do Índico. Este era mais poderoso que os Governadores-Gerais da colónia. Ligado às empresas Champalimaud, Jorge Pereira Jardim identificou-se de tal modo com a colónia que, continuando a advogar uma guerra mais eficaz contra a Frelimo, se convenceu que se devia, mais cedo ou mais tarde, negociar com esta. Estabeleceu contatos com os dirigentes africanos vizinhos (Kenneth Kaunda da Zâmbia, Kamuzu Banda do Malawi) para preparar acordos de paz, incluindo a independência de Moçambique. Frente à recusa de Marcelo Caetano

Smith», *Cahiers d'Études Africaines* (Paris), 1987, 107-108: 435-44, <https://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1987_num_27_107_3418>; —, «Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África», *Revista África* (Universidade de São Paulo), 2015 [publ. 2017], 35: 129-155, <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p129-155>>.

em entrar num processo negocial – preferindo uma “derrota militar com honra” –, Jardim começou a preparar um golpe de Estado em Moçambique, para poder negociar com a Frelimo a criação de um novo Brasil⁸. Podia ter sido em 1973, com a bênção de Kaunda e sem a hostilidade da Frelimo, a par do projeto. Só que Jardim atrasou os seus preparativos (ou hesitou demais), se bem que, o que pudesse ter sido um acelerador da História, tornou-se inútil depois do 25 de Abril de 1974.

Os estudantes universitários – a grande maioria sendo brancos – eram mais e, mais abertamente, anticolonialistas e alguns pró-PCP e pró-Frelimo⁹. A Igreja Católica dividia-se mais e mais, entre uma hierarquia fiel ao regime, e padres oposicionistas¹⁰.

Outro fenómeno era o divórcio crescente entre o exército e os colonos, que o acusavam de não saber conter os “turras” (isto é, os “terroristas” da Frelimo). Para os militares, essa desconfiança dos colonos foi devastadora: porquê continuar a lutar para essa população branca que vivia bem e que tinha um nível de vida muito superior ao deles em Portugal, se esta já não reconhecia o esforço dos militares? O Movimento dos Capitães com certeza nasceu na Guiné (julho de 1973), onde a guerra estava quase perdida, mas também em Moçambique, nomeadamente depois das manifestações brancas contra o exército, na Beira, em janeiro de 1974, depois de um ataque da Frelimo na província central de Manica e Sofala, ter supostamente matado um colono¹¹.

Do 25 de Abril ao 7 de Setembro: da democracia à bagunça?

Por isso, em Moçambique, globalmente, não houve oposição alguma ao golpe militar do 25 de Abril de 1974. Alguns responsáveis da DGS¹² saíram imediatamente para a África do Sul, mas mesmo a maioria dos agentes não foi logo presa. A DGS de Moçambique não tendo sido dissolvida, foi transformada na Polícia Internacional de Moçambique integrada no exército.

Havia razões históricas para o 25 de Abril ser bem aceite pela população colonial. Com efeito, esta, mesmo temendo os “turras” da Frelimo, não gostava do regime metropolitano pelas razões já expostas¹³. Convém não esquecer que a maioria dos colonos havia votado no candidato da oposição, Humberto Delgado, em 1958 (e, apesar da fraude, a vitória da oposição foi tão grande na província central de Manica e Sofala que

⁸ Jorge JARDIM, *Moçambique, terra queimada*, op. cit.; José Freire ANTUNES, *Jorge Jardim, agente secreto*, op. cit.

⁹ Sobre o movimento estudantil e a Associação académica de Moçambique, ver Carlos Lopes PEREIRA & Luís Mayor GONZALEZ, *História da AAM – Associação Académica de Moçambique (1964-1975)*, Lisboa, Calendário de Letras, 2016.

¹⁰ Eric MORIER-GENOUD, *Catholicism and the Making of Politics in Central Mozambique, 1940-1986*, Rochester (NY), Rochester University Press, 2019.

¹¹ Muitos documentos sobre a manifestação branca contra o exército, na Beira e em Vila Pery (Manica), entre 16 e 18 de janeiro de 1974, estão no Arquivo da Associação 25 de Abril.

¹² Direcção-Geral de Segurança, mais conhecida sob o antigo nome da temida PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

¹³ Maria Paula MENESES & Catarina GOMES, «Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa», in Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins (eds), *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, pp. 59-107, Coimbra, CES/Almedina, 2013; Fernando Tavares PIMENTA, *Branco de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*, Porto, Afrontamento, 2021.

a administração foi obrigada a publicá-la). Depois, durante o colonialismo tardio, as mudanças socioeconómicas foram importantíssimas, com a entrada no desenvolvimento colonial. Mas continuavam a subsistir muitos travões, o crédito era caríssimo. A população branca de Moçambique era, em média, mais formada que a de Angola e, ainda mais, que a da Metrópole. Ao contrário do mito criado, a esmagadora maioria desta população branca era urbana (mais de 80%) – os “camponeses lusitanos nos Trópicos” eram uma pequena e mítica minoria. Isto explica, também, que essa população colonial (branca, mestiça, negra assimilada, indiana, chinesa) urbana pouco tivesse sofrido *diretamente* com a guerra e só se assustou verdadeiramente quando a Frelimo conseguiu chegar à província de Manica e Sofala, perto da segunda cidade do país, Beira, já no centro-sul, em meados de 1972. Mas sofria com a crise económica e financeira provocada pela desproporção tremenda das despesas militares no Orçamento Geral do Estado (mais de 40%¹⁴). Aliás, a saída de brancos da colónia começou a partir de 1972, sem falar da saída total e silenciosa da comunidade ismaili, que deixou o território (1973-1976) a pedido do Agha Khan, para se reorganizar em Portugal¹⁵.

Assim, quando eclode o 25 de Abril, se não há resistência, há expectativa. O programa do MFA, é bom lembrar, nada tinha de revolucionário, era resumido pelos “três D”: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. Muitos brancos e mestiços podiam concordar com esses “Ds”, incluindo o “D” da descolonização. Durante os 132 dias que decorreram entre o 25 de Abril e o 7 de Setembro de 1974, associações que tinham sido proibidas reabriram (como o Centro Associativo do Negros da província de Moçambique)¹⁶, e partidos políticos eclodiram. Estes, muitas vezes, eram fruto de iniciativas pessoais ou familiares e, para além da sigla, não tinham nem sócios, nem programas. Alguns, no entanto, afirmavam-se como federalistas, outros como independentistas. Pelo menos um teve mais importância que todos os outros, o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), que vinha da “primavera marcelista” e se propagandeava como a “Frelimo do interior”, como se a Frelimo já não estivesse no interior! Era dirigido por Máximo Dias¹⁷ e Joana

¹⁴ Talvez fosse ainda mais, porque a apresentação das contas públicas era disfarçada pelo poder político. Sobre esta fraude, ver Luís Felipe MADEIRA, « Les finances publiques, les options budgétaires et les priorités politiques dans l'empire colonial portugais (1946-1974) », tese de ciências políticas, Universidade de Bordéus/Sciences Po Bordeaux, 2008 (Lille Thèses, 2009).

¹⁵ Sobre este assunto, ver os trabalhos de Joana Pereira LEITE e Nicole KHOURI, em particular: “The Ismailis of Mozambique: History of a Twofold Migration (late 19th Century– 1975)”, in Eric Morier-Genoud e Michel Cahen (eds), *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, New York, Palgrave Macmillan, 2012, pp. 168-189 ; “Os Ismailis de Moçambique – Vida Económica no Tempo Colonial”, Lisboa, Colibri, 2013 ; —, *Khojas Ismaili, du Mozambique colonial à la globalisation*, Paris, L'Harmattan, 2014 [nesta obra, ver em particular o artigo de Nicole KHOURI, Joana Pereira LEITE e Maria José MASCARENHAS, “Le départ des Ismailis du Mozambique. Réflexion sur le départ d'une communauté et sa relation au secret”, pre-impressão disponível a <<https://www.repositorio.utl.pt/bitstream/10400.5/3441/2/WP91.pdf>>]; — (eds), « Indiens du Mozambique et d'Afrique orientale » (dossier), *Lusotopie*, XV (1), 2008, <<https://doi.org/10.4000/lusotopie.724>>. Hoje, Portugal alberga as instalações internacionais do Agha Khan onde goza dos privilégios diplomáticos.

¹⁶ Tinha sido fechada porque o seu dirigente, Domingos Arouca – o primeiro advogado negro – era acusado de ser membro da Frelimo – o que era verdade na altura. Reaberto por esse mesmo, foi de novo proibido pela Frelimo. Em Lourenço-Marques, o CAN agrupava, tradicionalmente, os negros assimilados, a Associação Africana os mestiços, e a Associação dos Naturais os brancos nascidos na colónia. Mais e mais contatos existiram entre essas três associações durante o período 1961-1974.

¹⁷ Advogado moçambicano de origem goesa.

Simeão (ou Semeão). O primeiro tentara convencer Caetano (antigo professor dele em Lisboa) a autorizar a organização que, assim, poderia constituir-se, conseguir uma certa representatividade e ter peso para negociar com a Frelimo. Caetano autorizara somente o grupo a formar-se como associação para debater os problemas de Moçambique. Joana Simeão, que vinha do Coremo¹⁸, entrou no GUMO, tendo sido sua vice-presidente e porta-voz. Joana Simeão pretendia mobilizar, em particular, os Macuas – o maior grupo étnico de Moçambique – que pouco tinha apoiado a Frelimo – a Joana Simeão era, ela própria, macua¹⁹. Máximo Dias acabou por a expulsar do GUMO que queria manter como mera associação, tendo Joana Simeão entrado no Partido da Coligação Nacional (PCN). Este outro grupo, relativamente importante em termos de personalidades que quisesam apoiá-lo, surgiu por iniciativa de Uria Simango, antigo presidente-adjunto da Frelimo, expulso durante a crise desta em 1969²⁰, a 23 de agosto de 1974.

Mas nem um nem outro (nem qualquer dos vinte e tal grupelhos que eclodiram no período entre o 25 de Abril e os acordos de Lusaca de 7 de setembro de 1974) conseguiram uma base social de massa: a Frelimo é que tinha legitimidade nesta altura e, muito rapidamente, hostilizou, incluindo pela violência, esses grupos.

O que é certo é que, durante esses meses, se viveu uma atmosfera de liberdade, pelo menos na população colonial no sentido lato. Na população colonizada, a expectativa era ainda maior, sendo a independência associada ao fim da miséria.

Depois do 25 de Abril, mas antes do Acordo de Lusaca, o exército português desmoronava-se rapidamente, sendo que nenhum soldado queria ser o último a morrer e a Frelimo continuava a sua ofensiva. Contatos informais e confraternizações entre soldados portugueses e guerrilheiros multiplicavam-se.

Mas, politicamente, nada era organizado para fazer participar a população colonial na nova era. Mesmo Jorge Jardim, que era a favor das negociações com a Frelimo, nunca o afirmou publicamente, embora este se apresentasse como representante de uma parte substancial dos colonos brancos. Portugal nunca tinha ouvido os seus colonos e não ia fazê-lo agora. Para o MFA, o assunto era entre o Portugal metropolitano e a Frelimo. É verdade, no entanto, que os setores mais direitistas do MFA (à volta de Spínola) queriam impor um referendo. Mas este pedido bem novo – esses mesmo setores nunca haviam pedido “referendos” antes do 25 de Abril! – era mais para travar uma descolonização completa, do que por preocupações democráticas. Aliás, essa reivindicação foi catastrófica por várias razões.

¹⁸ O Coremo era uma dissidência da Frelimo, que, em 1965, tentara lançar uma guerrilha na Alta-Zambézia, que fracassou face à repressão conjunta dos portugueses e da Frelimo.

¹⁹ Sobre Joana Semeão, executada sem processo em junho de 1977 (ou 1979?) no campo de M^oTelela, da Frelimo, ver nomeadamente a entrevista dela na RTP (1974), <https://www.youtube.com/watch?v=Hlo_L5h1wYQ>, <<https://www.youtube.com/watch?v=1YfVf8tvECI>>; João CABRITA, “O pensamento político de Joana Simeão: contribuição para a história de Moçambique”, *Canal de Moçambique*, 29 de maio de 2006, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/histria/page/89/?q=virtual-scoping-meeting-for-the-evaluation-of-the-community-development-programme-cdp&pr=311422&lang=pt>; e o artigo importante de Maria Paula MENESES, « Autodeterminação em Moçambique: Joana Simeão, entre a história oficial e as memórias de luta », in Inocência Mata, *Discursos memorialistas africanos e a construção da história*, Lisboa, Edições Colibri / Macau, Universidade de Macau, 2017, pp. 49-78.

²⁰ Barnabé L. NCOMO, *Uria Simango...*, op. cit. Uria Simango foi executado ao lado de Joana Simeão.

Em primeiro, houve uma confusão entre dois tipos de referendo: um, como substituto do direito incondicional à independência – não era para fazer votar as populações para saber se queriam ser independentes, mas se aceitavam o princípio do direito à autodeterminação; e outro, um referendo à independência.

Em segundo lugar, mesmo esta última forma de referendo era inaceitável para a Frelimo, porque podia significar (em caso altamente improvável de uma recusa da independência) que a luta da Frelimo tinha sido ilegítima. Ora, a história desde 1964 mostrava um progresso quase contínuo da guerrilha e um alargamento da sua base social – embora muito desigual, segundo as regiões do país. Como dizia Samora Machel, então presidente da Frelimo: “Não se pergunta a um escravo se ele quer ser livre”.

Em terceiro lugar, o mais catastrófico é que essa recusa do referendo foi estendida a qualquer tipo de escrutínio e, pois, considerada sinónimo da recusa de eleições pluralistas: referendo e eleições foram terminantemente afastados pela Frelimo e isso foi aceite pelos Portugueses²¹. Qual era o risco, para a Frelimo, de eleições pluralistas? Este risco era ao mesmo tempo nulo e importante: com efeito, a Frelimo estava certíssima de que ia ganhar o primeiro escrutínio com esmagadora maioria; mas haveria sempre alguns moçambicanos a votar em vários grupelhos e, isso, quebrava o mito do “povo unido do Rovuma a Maputo”²². Para além disso, mesmo a existência legal de uma pequena minoria não-Frelimo na nova Assembleia do país, quebraria o projeto de um sistema do Estado-Partido, isto é, do partido único fundido com o Estado.

Ora é bom lembrar que a ideologia do partido único era muito aceite na altura e não tinha nada a ver com o dito “marxismo-leninismo”. Em África, a quase totalidade dos países independentes, desde o início dos anos de 1960, se tinha virado, de imediato ou alguns anos depois, para o partido único²³, fossem eles de “direita” ou de “esquerda”. A ideologia de “construção da nação” (contra as primeiras nações pré-coloniais pejorativamente consideradas de “tribos” ou “etnias”) justificava a necessidade de existência do partido único para “unificar as tribos”. Alias, as organizações internacionais (em particular a ONU e a OUA) advogavam este princípio, reconhecendo, para cada colónia, um só movimento como “representante único e legítimo do povo de...”. Quer dizer, essas organizações internacionais decidiram, antes mesmo da independência, que o regime político da antiga colónia ia ser o do partido único e do Estado-Partido. É de notar que as correntes de esquerda em Portugal, hostis ao partido único salazarista, apoiaram (ou aceitaram) o princípio do partido único em África. Na realidade, o partido único sempre dividiu muito mais que uniu e nunca assegurou a estabilidade a não ser com forte repressão. Mas isso é outra história.

²¹ A única ex-colónia portuguesa onde houve eleições antes da proclamação da independência foi Cabo Verde. Foram eleições sem verdadeiro pluralismo, mas certos candidatos independentes (sem partido) apresentaram-se e, pelo menos um – um padre bem conhecido – foi eleito.

²² O Rovuma é o rio que faz fronteira com a Tanzânia, no extremo-Norte; e Maputo o rio que faz, numa parte, fronteira com a África do Sul, no extremo-Sul.

²³ As únicas exceções foram o Alta-Volta (depois Burkina-Faso) e sobretudo, o Botsuana, sem falar da África do Sul do *Apartheid*, onde existia um pluralismo político para as populações não negras.

A Frelimo não foi exceção e, pelo menos depois da crise de 1968-1969²⁴, estava completamente integrada nesta ideologia e reprimiu pela violência as outras (fracas) tentativas de luta armada, com as do Coremo. Pois, *não devia haver eleições, devia haver transferência de poder ao vencedor*.

Para a população africana, isso não era um problema no momento: esperava-se pelo fim do colonialismo e a Frelimo aparecia como a ferramenta mais eficaz para isso, num contexto de ausência de tradição democrática. A população colonial (branca, mestiça, indiana, negra assimilada) também não conhecera o período da vida democrática (salvo os muito velhos, cidadãos do tempo da República até 1926), mas ela que, antes, era “Moçambique porque é Portugal”, bem sentia agora que já não ia ser mais do que uma pequena minoria e, esta consciência aguda e de autodefesa, significava que ela devia ser associada à definição dos termos da independência. Aliás, foi o que se fez quatro anos depois nos Acordos de Lancaster House para a independência do Zimbabué, agora fortemente apoiado pela Frelimo (contra a vontade inicial de Robert Mugabe, o chefe da ZANU²⁵) e que eram bastante semelhantes ao que Jorge Jardim negociara com Kaunda em 1972-1973²⁶, com garantia constitucional para a minoria branca.

Mas em 1974-1975, a Frelimo nunca quis entrar neste tipo de considerações e os militares portugueses viram na “entrega” a maneira mais rápida de acabar com a guerra e de voltar à casa.

Heterogeneidade de uma revolta

Assim, logo que começou a saber-se do conteúdo do Acordo de Lusaca, na noite de 6 para 7 de setembro, a primeira coisa foi uma surpresa total dessa população colonial (exceto a pequena minoria dos “Democratas de Moçambique” favorável à Frelimo). Estupefação e indignação. Ora, nesse período, os principais medias (itálico-corriger plural da palavra) tinham todos sido tomados de assalto por jornalistas favoráveis à independência e, uma boa parte, muito favoráveis à Frelimo. Difundiam, pois, quase unicamente as posições da Frelimo. A ocupação do Rádio Clube foi, assim, lógica para inverter o teor das informações.

No entanto, terá sido espontânea? Penso que sim²⁷. Havia personalidades coloniais a conspirar para organizar um contragolpe, com apoio de Spínola em Portugal, para inverter

²⁴ Fica para um estudo suplementar saber se Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo e não “marxista-leninista”, estava a favor ou não do partido único. A minha impressão é de que ele estava a favor.

²⁵ A ZANU (*Zimbabwe African National Union*) foi a principal guerrilha anticolonial na Rodésia do Sul, que rivalizava com a ZAPU (*Zimbabwe African People's Union*), de Joshua Nkomo. Mugabe obrigou à fusão ZANU-ZAPU em 1987 depois da feroz repressão na Matabelelândia (sul do país pro-ZAPU). Uma vez acabadas as garantias do Acordo de Lancaster House de um certo pluralismo (com 10% de deputados brancos na Assembleia), ao fim dos dez anos previstos, o Zimbabué tornou-se, de facto, um regime de partido único, com forte repressão contra a oposição, em particular durante as eleições.

²⁶ Jorge [Pereira] JARDIM, *Moçambique – Terra Queimada*, op. cit.

²⁷ José Luís Cabaço (militante clandestino da Frelimo desde 1967 e que ia ser ministro do governo de transição) pensa que não e aponta uma reunião de conspiradores a 2 de setembro. Mas isso não quer dizer que estes planeavam uma revolta para o dia 7 de setembro. Mas é claro que tentavam organizar-se para “qualquer coisa, qualquer dia”. Ver Luís Andrade de Sá, nota 51.

as negociações e impor os referendos e as eleições. Pode-se considerar que este contragolpe não tinha qualquer hipótese de vencer, nem em Portugal, nem em Moçambique ou Angola, uma vez que carecia, por completo, de base social de apoio. No entanto, podia provocar muitas vítimas, em particular em combates entre militares de campos opostos. Mas este contragolpe estava planeado para finais de setembro, não para o dia 7. Pode-se pensar ao contrário que essa eclosão prematura inviabilizou todas as possibilidades de triunfar mais tarde. Aliás, os primeiros ocupantes do Rádio Clube não foram os Velez Grilos²⁸, os Gonçalo Mesquitelas²⁹, os Roxos³⁰, etc., rostos conhecidos da extrema-direita local. Ao contrário, a primeira coisa que fizeram esses ocupantes iniciais foi passar a tocar “Grândola Vila Morena”, a canção da revolução de Abril, bem aceite pela multidão que se juntava em frente ao edifício. *Não estavam aqui para estar contra o 25 de Abril, mas contra a Frelimo* (pelo menos enquanto partido único).

No entanto, não há dúvida alguma de que o centro de gravidade político da “Revolta do Rádio Clube” passou rapidamente para as mãos de pessoas mais radicais, entre as quais algumas eram mesmo contra o 25 de Abril (como o já citado deputado do partido fascista, Gonçalo Mesquitela). De qualquer maneira, a unidade deste levantamento colonial era negativa, ela residia unicamente na recusa do Acordo de Lusaca entregando a totalidade do poder à Frelimo. Por isso, o famoso locutor Manuel³¹ apelava constantemente aos notáveis conhecidos como os mais reacionários de toda a colônia – chamando todos eles pelos nomes! – a juntarem-se ao Rádio Clube; ele chamava as tropas especiais aquarteladas no Norte ou na Beira para virem apoiar, procurando, assim, dar ao motim a força militar que este não tinha. Mas não vieram, possivelmente pela razão seguinte: não tanto por causa de uma hierarquia que não ousou quebrar a disciplina, mas porque Jorge Jardim proibiu terminantemente os seus partidários de participar no motim, que ia impedir as negociações complementares que ele queria ter com a Frelimo. Ora a rede de Jorge Jardim estava bem infiltrada nas tropas especiais, em particular nos grupos especiais de paraquedistas.

Mas será que esses amotinados radicais do Rádio Clube queriam uma “independência branca”, como se leu e ainda se lê com frequência³²? Não queriam a entrega do país à Frelimo, mas não podiam recusar a ideia de a Frelimo estar no poder. Pois, a maioria dos amotinados queriam discutir uma partilha deste poder (mais uma vez, os Acordos de Lancaster House de 1979 foram *a posteriori* uma ilustração desta tendência).

²⁸ Vitor Húgo Velez Grilo foi dirigente do partido comunista português clandestino nos anos 1930, tendo entrado em dissidência. Segundo uma tese, foi enviado por Salazar para Moçambique em troca da liberdade, tornando-se fervoroso apoiante do *Estado Novo*.

²⁹ Gonçalo Mesquitela, várias vezes deputado na Junta Consultiva de Moçambique (depois Assembleia legislativa), presidente da União Nacional de Moçambique (o partido salazarista) de 1960 até 1969, deputado de Moçambique na Assembleia Nacional de Portugal em 1974, fazia parte da ala mais direita do regime.

³⁰ Francisco Daniel Roxo, caçador profissional, conduzia a sua própria contra-guerrilha anti-Frelimo. Tendo de fugir para a África do Sul depois da derrota da revolta do Rádio Clube, alistou-se no Batalhão Búfalo do exército sul-africano que invadiu Angola e foi morto em combate, a 23 de agosto de 1976.

³¹ O “locutor Manuel” falava quase 24 horas por dia. Trata-se de Manuel Gomes dos Santos, líder da FICO (cf. *infra*).

³² Ainda recentemente, foi a tese defendida por Marco Roque de FREITAS no seu artigo no entanto muito interessante: “Reavaliando o Movimento Moçambique Livre: a construção sonora do assalto ao Rádio Clube (7 de Setembro de 1974)”, *Ler História*, 80, 2022: 225-247, DOI: <<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10479>>.

Socialmente, o que é que isso significava? A Frelimo foi sempre muito clara em não identificar os colonos com o sistema colonial e, durante dez anos de guerra anticolonial, não matou nem um só colono³³. A Frelimo queria é que muitos brancos ficassem, uma vez que eles eram os quadros qualificados³⁴. Mas o poder político e estatal tinha de estar nas mãos da Frelimo. Isto é: *a Frelimo não queria um “novo Brasil”* e podia apoiar esta recusa no facto de a população negra ser a esmagadora maioria quando, na altura, a população negra brasileira devia rondar os 40% da população total³⁵ e a população indígena aproximadamente 0,5%³⁶.

Ora, a ideia do Brasil estava profundamente enraizada na população colonial e escolarizada. Portugal estava orgulhoso de ter “criado” o Brasil, isto estava bem presente nos manuais escolares. E a viragem luso-tropicalista dos anos 1950-1960 apresentava o objetivo final da colonização portuguesa como sendo o de criar “Novos Brasis”. Claro, Salazar sempre proibira o uso público da fórmula, porque sabia muito bem que se se desse um objetivo que não a permanência indefinita das colónias dentro de Portugal, ninguém iria querer ser o último a morrer. Mas a ideia existia fortemente. Penso não ser por acaso que a principal formação política apoiante da revolta do Rádio Clube foi a Frente Intercontinental (ou Independente) de Convergência Ocidental, isto é, a “FICO”³⁷, que foi criada com este nome poucos dias antes do 7 de Setembro – sem saber o que ia acontecer, mas tomando possivelmente esta data como símbolo. Com efeito, o dia 7 de Setembro de 1822 foi o da independência do Brasil. Aliás, os portugueses de Moçambique, socialmente bastante diferentes dos Portugueses da África do Sul³⁸, não gostavam muito deste país e ainda menos da Rodésia. Sentiam-se desprezados pelos “ingleses”. *Penso, pois, que o modelo de “independência sem entrega” que estava quase automaticamente presente na mente dos amotinados, não era uma independência à rodesiana ou à sul-africana, mas à brasileira.*

³³ Obviamente, alguns colonos morreram, saltando em minas nas picadas, ou integrados em colunas militares atacadas, etc., mas nunca foi da iniciativa da Frelimo, em contraste total com a FNLA, aquando da ofensiva desta em Angola em março de 1961, que provocou chacinas inúmeras de populações brancas, mestiças e negras também (os trabalhadores negros das plantações brancas).

³⁴ Pelo menos o topo da Frelimo queria isso. Até Joaquim Chissano disse publicamente que a Frelimo não tinha nada contra o “engenheiro Jorge Jardim”, procurado pelos militares portugueses como se ainda fosse um salazarista convicto em 1974. Essa posição de princípio não impediu abusos anti brancos, até assassinatos de brancos, em particular em zonas rurais ou pequenas vilas, depois do 25 de Abril e, sobretudo, depois dos 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974. Sobre o 21 de Outubro, ver *infra*.

³⁵ Essa taxa aumentou bastante (hoje entre 52 e 56 % da população total do Brasil é negra). É bom assinalar que, no Brasil, o qualificativo “negro” agrupa os «pretos» (pele mais escura) e «pardos» (pela mais clara que, em Moçambique, se chamariam de mestiços). Os pardos formavam (e ainda formam) a larga maioria dos negros (três quartos aproximadamente).

³⁶ A palavra “indígena” é a utilizada no Brasil (incluindo pelos próprios), para designar as nações originárias. Pois o sentido aí é diferente do sentido jurídico-legal que teve nas legislações coloniais portuguesas em África.

³⁷ No dia 9 de janeiro de 1822, o futuro Pedro I do Brasil decidiu recusar de obedecer às ordens das Cortes de Lisboa ordenando a sua volta a Portugal. Foi o “Dia do Fico”. As Cortes queriam fazer de novo do Brasil uma colónia, quando o rei de Portugal refugiado no Brasil em 1807 fizera deste um “Reino” em 1815.

³⁸ A numerosa comunidade portuguesa da África do Sul era muito maioritariamente oriunda das camadas pobres da população da Madeira e exercia profissões tais como o pequeno comércio, a produção de hortaliças, etc. De uma maneira geral, o nível social e escolar da população portuguesa de Moçambique era bem mais alto do que o da mesma na África do Sul. Ela bem sabia que os Portugueses da África do Sul sofriam do racismo dos bóeres que os chamavam de “White Kaffirs” (cf. Clive GLASER, “The Making of a Portuguese Community in South Africa, 1900-1994”, in Eric Morier-Genoud e Michel Cahen (eds), *Imperial Migrations, op. cit.*, pp. 213-238).

Só que as sociedades de Moçambique e do Brasil eram completamente diferentes. Criar um “novo Brasil” em Moçambique era pura e simplesmente recusar a regra da maioria (negra).

Os revoltosos do Rádio Clube quiseram também alargar a base de apoio a correntes políticas africanas – e isso também é lógico com a ideia de um Novo Brasil. Só que essas correntes careciam de base social e o “locutor Manuel” pôde chamar somente notáveis africanos conhecidos pela sua hostilidade à Frelimo de que, com a exceção da primeira, foram todos membros: Joana Simeão, Miguel Murrupa³⁹, Domingos Arouca⁴⁰, Lázaro Nkavandame⁴¹, Úria Simango. O caso deste último é o mais importante.

O padre presbiteriano Úria Simango fora da Udenamo⁴² antes da criação da Frelimo (25 de junho de 1962) e, deste partido, fez parte da metade que se decidiu juntar ao novo

³⁹ Filho de régulo (Pebane), membro da Udenamo (União democrática nacional de Moçambique, grupo anterior à Frelimo), tornou-se secretário adjunto do departamento de relações exteriores da Frelimo. Mas saiu da Frelimo quando Úria Simango foi expulso desta (1969). Ao contrário deste último, juntou-se ao governo português e doravante foi utilizado, sendo ele próprio negro, para espalhar a tese da nação multiétnica e pluricontinental, segundo a orientação lusotropicalista do fascismo tardio. Por exemplo: Miguel Artur MURUPA, *Perspectivas da África portuguesa : a construção de uma nação multirracial*, Lisboa, Edições do Autor, 1973. Exilou-se depois na Alemanha onde morreu em março de 2022.

⁴⁰ Salvo erro, Domingos Arouca não compareceu no Rádio Clube durante o motim. Domingos Mascarenhas Arouca (1928-2009) fazia parte da velha criouldade negra da região de Inhambane, com alguma propriedade rural. Concluiu o liceu em Portugal (supostamente tendo ganho um prémio na lotaria da Rodésia) e formou-se em Direito. Tornou-se assim o primeiro advogado negro de Moçambique. Em março de 1965 conseguiu afastar a velha direção do Centro Associativo dos Negros de Moçambique, e tornou-se presidente desta organização de negros assimilados, legal, mas vigiada. Foi preso por pertencer à Frelimo e passou oito anos (1965-1973) na prisão. Recusou o convite de Samora Machel de integrar o governo de transição e teceu duras críticas à Frelimo, contra o autoritarismo deste. Exilou-se em Portugal em 1977. Voltou a Moçambique em 1992 depois de Joaquim Chissano (presidente da República) o ter consultado, de passagem em Lisboa, a propósito da nova constituição em preparação). Ele tentou implantar o seu partido, o FUMO (Frente Unida de Moçambique) que obteve 1,39% dos votos exprimidos nas eleições legislativas de 27-29 de outubro de 1994). Nas mesmas datas, foi candidato à eleição presidencial onde obteve (segundo os resultados oficiais, 0,37% dos votos exprimidos) [apesar da importante observação internacional, há forte suspeição de fraude, principalmente para as presidenciais, porque é muito difícil explicar as diferenças dos resultados entre legislativas e presidenciais, tidas aos mesmo dias: assim, Joaquim Chissano (Frelimo) obteve 53,30% e Afonso Dhlakama (Renamo) 33,73% quando os partidos correspondentes tiveram 44,33% (Frelimo) e 37,78% (Renamo)]. Frente a esses fracassos, Domingos Arouca rapidamente abandonou a política.

⁴¹ Lázaro Nkavandame (ou Ncavandame) era um comerciante maconde de Moçambique emigrado para a Tanganica. Ligou-se à Frelimo em 1963 e rapidamente tornou-se um dos principais dirigentes civis da Frelimo em Cabo Delgado. Mas teve divergências com a conduta da “guerra popular prolongada” e com os jovens militares da Frelimo. Segundo a tese dos vencedores, Nkavandame estava a favor de concentrar todos os esforços na sua província de Cabo Delgado e de declarar a independência desta, em vez da de Moçambique. Ao 22 de dezembro de 1968, o comandante militar da Frelimo para a província foi morto pelo seu grupo. Ele foi afastado em janeiro de 1969. Mas depois do assassinato do presidente Eduardo Mondlane (3 de fevereiro de 1969), no quadro das purgas então organizadas na Frelimo, foi acusado de ser um dos responsáveis pela morte do primeiro presidente da Frelimo. Temendo pela sua vida, rendeu-se aos portugueses nos princípios de abril de 1969. Esses tentaram organizar uma vasta propaganda para aliciar os Macondes a seguir o exemplo de Nkavandame, que foi um fracasso total. Este viveu doravante numa condição de meia liberdade em Moçambique. Obviamente, temia a tomada do poder pela Frelimo.

⁴² União Democrática Nacional de Moçambique: fundada em outubro de 1960, foi uma das organizações anteriores à Frelimo, implantada na emigração moçambicana na Rodésia do Sul e nas regiões centrais de Moçambique. Quando Úria Simango aceitou de deixar a Udenamo para entrar na Frelimo aquando da fundação ao 25 de junho de 1962, o principal dirigente, Adelino Chitofu Gwambe (ou Guambe) recusou e tentou fazer sobreviver a sua

partido dito unificado. Quando do segundo congresso da Frente em Julho de 1968 no Niassa (extremo-norte de Moçambique) impôs uma eleição para a presidência da frente, candidatou-se e falhou por poucos votos ser eleito, contra Eduardo Mondlane⁴³. Foi vice-presidente da Frelimo. Quando do assassinato de Eduardo Mondlane em Dar-es-Salaam (3 de fevereiro de 1969), Úria Simango devia logicamente tornar-se o presidente. Mas isso foi recusado pela maioria “modernista” e marxisante da direção e ele foi simplesmente integrado numa presidência colegial com Samora Machel e Marcelino dos Santos. Este triunvirato nunca funcionou, nem foi feito para funcionar: Úria Simango foi rapidamente marginalizado pelos sectores político-militares e depois expulso. Refugiou-se no Cairo, mas nunca se rendeu aos portugueses, ao contrário de muitos outros dissidentes. Depois do 25 de Abril de 1974, voltou para Moçambique e tentou congregar todos os grupos africanos hostis à Frelimo, fundando o Partido da Convenção Nacional, já citado.

Mas Simango fez o tremendo erro de comparecer no Rádio Clube, o que, para a população africana de Lourenço Marques, não podia significar outra coisa senão a sua recusa da independência. Com efeito o que, para uns – a minoria colonial – podia significar uma independência sem entrega da totalidade do poder à Frelimo, significava para os outros – a vasta população africana da cidade – tentar impedir a independência *tout court*. A partir deste momento, as poucas possibilidades de Úria Simango de personificar uma terceira via – não um novo Brasil, mas uma independência negra com eleições – desapareceram por completo. O seu partido foi objeto de repressão “espontânea” e ele conseguiu, mercê da rede de Jorge Jardim, refugiar-se na Rodésia. Contra a opinião de Jardim, que o aconselhava ir “mais longe”, quis depois ir para o Maláui. O que fez, e aí foi entregue à Frelimo⁴⁴.

organização, doravante sem o apoio da Tanzânia. Preso no Moçambique independente, foi morto sem processo (veja nota ⁴⁴).

⁴³ Se a parte da delegação maconde favorável a Lázaro Nkavandame tivesse participado no congresso, Uria Simango teria vencido a eleição. Os delegados pro-Nkavandame diziam temer pela sua vida se participassem no congresso.

⁴⁴ Uria Simango foi preso porque o ditador do Maláui, Hastings Kamuzu Banda, que tinha boas relações com a África do Sul do apartheid e Portugal colonial (até uma embaixada em Lisboa), estava preocupado pela tomada de poder da Frelimo e quis, com este gesto e outros, tentar uma aproximação com o novo poder moçambicano. Ao 12 de maio de 1975, num comício no campo da Frelimo de Nachingwea (Tanzânia), Úria Simango foi obrigado a escrever e ler uma autocrítica na melhor tradição estalinista (ou maoísta), acusando-se de todos os crimes e pedindo para ser submetido à reeducação. Foi fuzilado provavelmente em outubro de 1977 (ou 1979), sem processo judicial, com outros oponentes como Joana Simeão, Paulo Gumane, Adelino Gwambe, Basílio Banda, João Unhay, Casal Ribeiro padre Gwenjere, talvez para impedir à Renamo de poder libertá-los e torná-los líderes do ramo político de que precisava a guerrilha. A esposa de Ú. Simango foi fuzilada em 1981, sem processo também. As crianças sobreviveram e participaram, depois da viragem pluralista, na oposição civil moçambicana. Cf. B. L. NCOMO, *Uria Simango, op. cit*; Michel CAHEN, « Mozambique, la « fin de l'histoire »... unique. Trajectoires des anticolonialismes au Mozambique », *Portuguese Studies Review*, XV (1), 2008: 171-238, <<https://www.academia.edu/23774544/>> ; Baptista Comessário CAETANO, “A violência política em Moçambique de 1966 a 1988: O Caso do Padre Mateus Pinho Gwengere”, dissertação de mestrado, Universidade Católica de Moçambique, 2015; Lawe LAWEKI, *Mateus Pinho Gwenjere. A Revolutionary Priest*, Wandsbeck [África do Sul], Reach Publishers, 2019.

Do outro lado, isto é, do lado dos mais radicais (e brancos) da Revolta do Rádio Clube, aconteceram os factos mais trágicos. A OPVDCM⁴⁵ trouxera as armas de que dispôs a revolta e distribuiu-as em particular aos jovens dos “Dragões da Morte”, uma milícia meia-clandestina criada em Agosto de 1974 e ligada aos filhos do ex-deputado da ANP⁴⁶, Gonçalo Mesquitela. No seu primeiro *Boletim* de 13 de Agosto de 1974, os “Dragões da Morte” definem-se assim:

« Somos uma organização clandestina de todas as raças e credos, naturais de Moçambique [...] e temos o fim de pôr termo às guerrilhas [...] e pôr termo às conversações com a FRELIMO, nem que tenhamos que começar a fazer TERRORISMO URBANO, para fazer calar os inconscientes que dão vivas à FRELIMO”.⁴⁷

Sem que isso tenha vindo de uma ordem da liderança (na verdade, caótica) do Movimento Moçambique Livre (MML, nome “oficial” da revolta), esses grupos militarizados foram para os bairros populares (caniço) e a volta do aeroporto para aterrorizar a população negra, matando indiscriminadamente centenas e centenas de civis⁴⁸. Não podia haver mais claramente uma consciência de classe colonial – o Negro é para obedecer, não para discutir o futuro do país. Mas isso provocou o levantamento popular na cidade e também a partir da província vizinha de Gaza, de onde muitos milhares de pessoas começaram a surgir, convergindo “como colunas de formigas”⁴⁹ rumo à cidade do cimento. Ainda em Lusaca, um Samora Machel mais que furioso acusava Portugal de duplicidade e ordenou o recomeço da ofensiva militar generalizada contra as forças portuguesas.

Foi preciso um extraordinário trabalho da CHERET para convencer a Frelimo que o MFA estava contra a revolta e faria tudo o possível para conter os “reacionários” com o próprio apoio da Frelimo⁵⁰. Apavorados pelo aproximar das colunas humanas vindo do

⁴⁵ A OPVDCM (Organização Provincial dos Voluntários da Defesa Civil de Moçambique) era uma milícia colonial oficial que dispunha de armas e até de avionetas.

⁴⁶ ANP, Acção Nacional Popular, nova fachada marcelista da antiga União Nacional salazarista, o partido único do Estado Novo. A União Nacional/ANP foi sempre muito fraca em Moçambique e Angola entre os colonos que a viam como um “partido da metrópole”. Michel CAHEN, “Corporatisme et colonialisme : approche du cas mozambicain (1933-1979). I. Une genèse difficile, un mouvement squelettique. II. Crise et survivance du corporatisme colonial, 1960-1979”, *Cahiers d'Études Africaines*, 92, 1983 : 383-417 et 93, 1984 : 5-24, <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1983_num_23_92_2236> e <1984_num_24_93_2224>.

⁴⁷ *Boletim Informativo*, 1, 13 de Agosto de 1974, citado in João CRAVEIRINHA, « Coluna – 7 Setembro, como tudo começou », *Correio da Manhã* (Maputo), 8 de setembro de 2004, reproduzido pelo site “Moçambique para Todos”, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/09/7_setembro_1974.html>.

⁴⁸ O militar de Abril, Carlos Camilo (1944-2008), no seu breve relatório sobre os acontecimentos em Lourenço Marques, diz que fizeram 7 mortos brancos, 300 mortos negros e um número muito maior de feridos. Carlos CAMILO, *Os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974*, s.l. [Lisboa?], s.d. [1984?], 2 págs, <<https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/CarlosCamilo.pdf>>. Carlos Camilo, militar de Abril desde a primeira grande reunião de Évora a 9 de setembro de 1973, foi responsável pela tomada de controlo do parque Eduardo VII de Lisboa durante o golpe. Ricardo Saavedra fala em 1500 mortos no total em *Aqui Moçambique livre, op. cit.*

⁴⁹ Testemunho de um militar que observou isso a partir de um helicóptero.

⁵⁰ A CHERET (Chefia de Reconhecimento das Transmissões) era o serviço de escuta rádio do exército português (principal fonte de informação sobre a Frelimo, mais que as infiltrações diretas por agentes ou torturas a guerrilheiros presos). Já há muito que a CHERET tinha quebrado os códigos da Frelimo. Para poder atingir muito rapidamente um grande número de companhias guerrilheiras sem passar pela via diplomática em Dar-es-Salaam e assim impedir

caniço e de Gaza, os líderes do MML pediram então a proteção do MFA e... da Frelimo⁵¹. Tiveram 24 horas para poder sair para a África do Sul sem ser presos. Os corajosos Dragões da Morte chacinadores de civis negros indefesos foram os primeiros a desaparecer quando do fim da “revolta”. São indiretamente responsáveis também pelos graves incidentes de 21 de Outubro de 1974 quando distúrbios provocados por uma companhia de comandos portugueses originou um novo levantamento popular que, desta vez, fez centenas e centenas de vítimas brancas (famílias inteiras queimadas vivas nos seus carros, etc.) e provocou um verdadeiro êxodo de brancos para África do Sul e Portugal.

A população africana não queria que ninguém roubasse a sua independência e tinha os mortos dos 8-10 de Setembro para vingar. Mas, ideologicamente, esses Dragões da Morte não significaram nada: salazaristas? Pró-independência branca? Independência à brasileira⁵²? Foram meramente jovens assassinos coloniais.

Se houve bastante mestiços e alguns negros a participar na “Revolta” – e que não podiam estar a favor de uma “independência branca” –, parece que pouquíssimos paquistaneses⁵³ e chineses – as duas outras comunidades coloniais de Moçambique – participaram na “Revolta do Rádio Clube”. Será que a sua aceitação da “portugalidade” tinha sido instrumental e, pois, a aceitação da Frelimo era mais fácil? No entanto, se os paquistaneses ficaram, se os Indianos voltaram, a grande maioria dos chineses parece ter emigrado, não tanto para Portugal como os Ismailis (mas foi o caso de mestiços luso-chineses), mas para Brasil (São Paulo, quando eram de Lourenço Marques, Curitiba, quando eram da Beira)⁵⁴. Mas essa emigração não foi em razão direta da derrota da Revolta do Rádio Clube, simplesmente por considerarem que já não havia condições para a vida... colonial a que estavam acostumados⁵⁵. Foram para o Brasil com passaportes portugueses.

Democracia impossível?

a nova ofensiva ordenada por Samora Machel, os responsáveis da CHERET decidiram utilizar eles próprios os códigos da Frelimo e enviar mensagens aos grupos guerrilheiros espalhados pelo país (fazendo, pois, saber que tinham os códigos e inutilizá-los muito rapidamente uma vez que a Frelimo, agora a par disso, ia mudá-los). António Eduardo de Carvalho LOPES, *HISTÓRIA DA CHERET : o reconhecimento das transmissões no Exército Português : a escrita secreta da guerra de Espanha ao 07SET74 em Moçambique*, colab. Nuno Valdez dos Santos... [et al.]. – [S.l. : s.n.], D.L. 2012 (Coimbra : Simões & Linhares).

⁵¹ Ver em particular Aurélio France LEBON, *Mafalala 1974*, *op. cit.* Ver também os artigos do jornalista Luís Andrade de Sá «Moçambique, 7 de Setembro de 1974», Agência Lusa, 5 de Setembro de 2004, reproduzidos no site Moçambique para Todos, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/09/moambique_7_de_.html>.

⁵² Aliás, o fato de se ser a favor de uma independência à brasileira não significava em nada ter brandos costumes para com os africanos...

⁵³ O número de Indianos (isto é pessoas com nacionalidade deste país) tinha diminuído muito depois da tomada de Goa pela Índia (19 de dezembro de 1961), sendo expulsos de Moçambique.

⁵⁴ Lorenzo MACAGNO, “From Mozambique to Brazil. The “Good Portuguese of the Chinese Athletic Club”, in Eric Morier-Genoud *et alii*, *op. cit.*, pp: 239-262; Eduardo MEDEIROS, “As comunidades sino-moçambicanas no último quartel da presença colonial”, in Claudia CASTELO *et alii*, *Os Outros da colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 71-100 (sobretudo as pág. 98-100).

⁵⁵ Uma exceção foi o famoso fotógrafo moçambicano de origem chinesa, Kok Nam (1939-2012), que ficou e foi muitos anos jornalista do semanário *Têmpo*.

Não se pode reescrever a história. Mas pode-se constatar uma coisa: o MFA derrubou o partido único em Portugal e ajudou a impor o partido único em África. Isto mostra a visão que os militares de Abril tinham da África, uma sociedade atrasada, pois ainda não pronta para a democracia. Com efeito, além do detalhe dos acontecimentos propriamente ditos, bem é a ideologia do partido único, compartilhada pelos militares portugueses e pela Frelimo⁵⁶, que foi a causa da tragédia. A Frelimo tinha a legitimidade de uma longa luta e das armas, mas recusava, como vimos, não só o referendo como contradição ao direito incondicional à independência, mas também qualquer processo eleitoral. Ela ameaçava continuar a guerra em caso de uma recusa de Portugal em entregar-lhe pura e simplesmente o poder. Mas, do que se sabe das sessões de negociações, públicas (em Lusaca) ou secretas (em Amsterdão e Dar-es-Salaam), nunca as delegações portuguesas advogaram um processo eleitoral pluralista e ainda menos publicaram tomadas de posição nesse sentido. A única batalha tentada (e rapidamente abandonada) foi a do referendo para saber se os africanos queriam ser independentes, isto é longe de uma dinâmica democrática (com efeito, depois de um vitorioso “sim à independência” num hipotético referendo, ficava a questão da entrega do poder ao partido vencedor).

Justamente, de um ponto de visto democrático, a legitimidade das armas devia parar o dia mesmo do cessar-fogo e do reconhecimento incondicional à independência, para dar lugar à legitimidade democrática. Assim, não era antidemocrático recusar o referendo, mas era sim de recusar as eleições pluralistas. Isso não é somente um raciocínio baseado em pura teoria política.

Mas, para tecer essas considerações de conclusão, o historiador que sou confronta-se com uma dificuldade. Com efeito, a história “foi assim” e possivelmente não podia ter sido de “outra maneira”. Mas será porque “foi assim”, que os historiadores não devem estudar as consequências deste “assim”? Por exemplo, será que o facto de o princípio do partido único ser geralmente aceite *para África* nesta época deve impedir de estudá-lo como não mais que um dos possíveis históricos e analisar os efeitos deletérios deste mesmo princípio? Penso que não⁵⁷.

Pois, não é entrar numa obra ficcional considerar que uma orientação democrática teria permitido um imenso movimento de consulta às populações, o fortalecimento da mobilização social⁵⁸ e o início do nascimento de uma sociedade civil. Mais uma vez,

⁵⁶ Foi a mesma coisa nas outras ex-colônias, mesmo em Angola: mas como nesta última colônia três movimentos de libertação tinham sido reconhecidos e foram signatários dos Acordos de Alvor (MPLA, FNLA, UNITA), houve uma situação de «tri-partidarismo único». Isto é, os três partidos signatários tinham liberdade de expressão e participavam no governo de transição, mas não outras formações políticas. Aliás, a guerra civil começou muito rapidamente (julho de 1975) para saber quem seria o partido único... único.

⁵⁷ Em outros escritos meus, reparara que intelectuais de esquerda, em particular investigadores portugueses, tiveram, durante anos, uma grande dificuldade em criticar os regimes autoritários nos PALOPs. Como cidadãos anticolonialistas da antiga potência colonial, deviam pensar não ter o direito de criticar antigos colonizados. Na prática, as críticas começaram sobretudo quando das viragens neoliberais.

⁵⁸ Mobilização social africana e não acontecimentos trágicos de vinganças contra colonos, que se multiplicaram a partir de julho e agosto de 1974, que faziam fugir os brancos isolados. Um pouco como em Portugal, mas num grau menor, houve uma forte mobilização social do fraco proletariado assalariado de Moçambique, pedindo aumentos salariais e elegendo comités de trabalhadores para substituir os patrões fugidos. A Frelimo denunciou as greves como provocadoras e divisionistas e substituiu os comités eleitos por comissões administrativas nomeadas pelo partido.

a história foi diferente, mas pode-se constatar os resultados do que aconteceu: por causa mesmo do colonialismo português que não produzira uma elite africana, Moçambique tinha todo o interesse em manter uma grande parte da população branca na colônia, com os seus quadros qualificados. Claro que uma parte dos colonos, odiados pela população africana, por causa de comportamentos exploradores, violentos, sexistas e racistas, deviam sair; mas muitos podiam ficar se tinham garantia de poder ter representantes dos seus interesses (direito a ter as suas associações, os seus partidos legais, etc.). E, se a Frelimo tinha uma enorme legitimidade, não significava que estava bem implantada em todo o país: muitas comunidades africanas também podiam precisar de outros representantes para exprimir outras vozes. A Frelimo não podia, obviamente, aceitar a manutenção dos colonos *como classe*, mas podia aceitar a comunidade branca como *uma das etnicidades* do país. Ora, justamente, ela recusava reconhecer qualquer etnicidade, as etnicidades sendo consideradas como tribalismo, obscurantismo, divisionismo. Devia haver “Uma só nação, um só partido, do Rovuma ao Maputo” para produzir uma nação pós-colonial *contra* as nações africanas pré-coloniais (desvalorizadas como “tribos”) e não *a partir* delas, numa conjugação de identidades. Assim, a língua portuguesa foi imposta como única língua do Estado, das escolas e mesmo nas campanhas de alfabetização dos adultos. Assim, todas as associações comunitárias (brancas⁵⁹, mestiças e africanas⁶⁰) foram rapidamente proibidas.

Isso explica também que, logo em 1976, se iniciou a revolta na Zambézia (antes mesmo de a Renamo existir⁶¹), que se alargou até abranger a totalidade do país em 1982-83. É que a política de modernização autoritária da Frelimo (chamada “marxismo-leninismo”) agrediu muitas camadas sociais do país e não só os antigos colonos. A recusa da democracia não era relativa somente aos antigos colonos, mas principalmente à própria população africana cujas peculiaridades culturais e sociais simplesmente não foram consideradas relevantes.

Quem ganhou com a Revolução dos Cravos? Ganharam a Frelimo e os povos de Moçambique, mercê da descolonização – mesmo se a situação pós-colonial fosse pior que a do fim da colonização (isto é, depois do fim do trabalho forçado em 1961). Ganharam os militares portugueses que voltaram à casa e o povo português que se viu libertado do regime fascista e se engajou num processo revolucionário que ganhou liberdades democráticas e sociais fundamentais. Ganharam os setores mais modernos da burguesia portuguesa, que puderam preparar o processo da sua entrada na Europa comunitária. E perdeu a camada social da população colonial de Moçambique (e de Angola), nunca ouvida no processo. Os amotinados do Rádio Clube, com a sua atuação irresponsável,

⁵⁹ ... tais como a Casa da Madeira, a Associação dos Naturais, os sindicatos nacionais vindos do corporativismo fascista mas que tinham sido democratizados, e mesma a muito pro-Frelimo Associação Académica de Moçambique que foi integrada da Organização da Juventude Moçambique.

⁶⁰ ... tais como a Associação Africana (isto é, mestiça) e o centro Associativo dos negros da Colónia de Moçambique que Domingos Arouca tinha «reaberto» depois de quase dez anos de proibição (Domingos AROUCA, *Discursos políticos*, Lisboa, Edições Ática, 1974; Michel CAHEN, Entrevistas com Domingos Arouca, Lisboa, ao 14 de novembro de 1989 e 24 de novembro de 1990).

⁶¹ Sérgio CHICHAVA, “The Anti-Frelimo Movements & the War in Zambezia”, in Eric Morier-Genoud, Michel Cahen & Domingos Manuel do Rosário (eds), *The War Within. New perspectives on the Civil War in Mozambique 1976-1992*, James Currey, 2018, pp. 17-45.

também foram os atores da sua própria destruição. Sonharam com um novo Brasil, mas fugiram para o *Apartheid* como exilados e depois para Portugal como retornados⁶². E Moçambique também perdeu muito, com o desaparecimento de quadros qualificados⁶³.

Mas, os retornados contribuíram depois para construir não um novo Brasil, mas um novo Portugal, onde se reintegraram bastante bem e constituíram um fator de dinamização da economia pós-1974⁶⁴.

Bibliografia

Antunes, J. F. (1996). *Jorge Jardim, agente secreto*, Lisboa, Bertrand Editora.

Boletim Informativo, 1, 13 de Agosto de 1974, citado in João Craveirinha, « Coluna – 7 Setembro, como tudo começou », *Correio da Manhã* (Maputo), 8 de setembro de 2004, reproduzido pelo site “Moçambique para Todos”, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/09/7_setembro_1974.html>.

Caetano, B. C. (2015). “A violência política em Moçambique de 1966 a 1988: O Caso do Padre Mateus Pinho Gwengere”, dissertação de mestrado, Universidade Católica de Moçambique.

Cahen, M. (1983). “Corporatisme et colonialisme : approche du cas mozambicain (1933-1979). I. Une genèse difficile, un mouvement squelettique. II. Crise et survivance du corporatisme colonial, 1960-1979”, *Cahiers d’Études Africaines*, 92, 1983 : 383-417 et 93, 1984 : 5-24, <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1983_num_23_92_2236> e <1984_num_24_93_2224>.

Cahen, M. (1987). «Lénine, l’impérialisme portugais, Gervase Clarence-Smith», *Cahiers d’Études Africaines* (Paris), 107-108: 435-44, <https://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1987_num_27_107_3418>.

⁶² Nem todos os retornados foram para Portugal. Uma parte ficou na África do Sul, outros foram para o Brasil, a Austrália, outros países africanos. E para os que foram para Portugal, nem todos foram brancos, mesmo se, para mestiços e ainda mais negros, foi difícil pelo fato de não ter parentes em Portugal e não poder obter assim a nacionalidade portuguesa. Carecemos de estudos sobre os que não foram para Portugal.

⁶³ A diminuição da população branca de Moçambique foi contínua em 1974-75 e muitos dos que tinham ficado saíram quando da nacionalização dos prédios de rendimento em 5 de fevereiro de 1976, património que os tinha feito ficar. A Frelimo quis impedir que muitos prédios postos para venda caíssem nas mãos da comunidade indo-paquistanesa que, ela, aguentava e ficava. Atualmente, a percentagem da população branca *moçambicana* (sem contar os brancos cooperantes) está abaixo dos 0,1% (nem aparece nos censos).

⁶⁴ Sobre o fenómeno dos retornados, eis alguns estudos recentes: Christoph KALTER, *Postcolonial People. The Return from Africa and the Remaking of Portugal*, Cambridge, Cambridge University Press, 2022 (e o meu ensaio sobre esta obra: Michel CAHEN, “Essai. Un « peuple post-colonial »? À propos d’une nouvelle étude sur les retornados du Portugal. Autour du livre de Christoph Kalter”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 53, 2023 : <<https://journals.openedition.org/mcv/18490>>); Elsa PERALTA (ed.), *The Retornados from the Portuguese Colonies in Africa*, Londres, Routledge, 2023; Morgane DELANAY, *Les retrornados. Accueil et intégration des rapatriés de la décolonisation portugaise*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2024. Faltam estudos sobre os retornados que não foram para Portugal, mas para o Brasil, Venezuela, Austrália, Canadá (sem falar dos que ficaram na África do Sul sem se fundirem na velha comunidade madeirense neste país).

- Cahen, M. (2008). « Mozambique, la « fin de l'histoire »... unique. Trajectoires des anticolonialismes au Mozambique », *Portuguese Studies Review*, XV (1): 171-238, <<https://www.academia.edu/23774544/>>.
- Cahen, M. (2015). « Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África », *Revista África* (Universidade de São Paulo), 2015 [publ. 2017], 35: 129-155, <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p129-155>>.
- Cahen, M. (2023). “Essai. Un « peuple post-colonial »? À propos d’une nouvelle étude sur les retournados du Portugal. Autour du livre de Christoph Kalter”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 53, <<https://journals.openedition.org/mcv/18490>>.
- Camilo, C. ([1984]). *Os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974*, s.l. [Lisboa?], s.d., 2 págs, <<https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/CarlosCamilo.pdf>>.
- Cardoso, R. (2014). *O fim do império. Memória de um soldado português. O 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*, Lisboa, Ed. Caminho.
- Chichava, S. (2018). “The Anti-Frelimo Movements & the War in Zambezia”, in Eric Morier-Genoud, Michel Cahen & Domingos Manuel do Rosário (eds.), *The War Within. New perspectives on the Civil War in Mozambique 1976-1992*, James Currey, pp. 17-45.
- Couto, F. A. (2011). *Moçambique 1974. O fim do império e o nascimento da nação*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Delaunay, M. (2024). *Les retrornados. Accueil et intégration des rapatriés de la décolonisation portugaise*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 210, de 9 de setembro de 1974.
- Freitas, M. Roque (2022). “Reavaliando o Movimento Moçambique Livre: a construção sonora do assalto ao Rádio Clube (7 de Setembro de 1974)”, *Ler História*, 80: 225-247, DOI: <<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10479>>.
- Glaser, C. “The Making of a Portuguese Community in South Africa, 1900-1994”, in Eric Morier-Genoud e Michel Cahen (eds.), *Imperial Migrations*, op. cit., pp. 213-238.
- Jardim, J. Pereira (1976). *Moçambique – Terra Queimada*, Lisboa, Ed. Intervenção.
- Kalter, C. (2022). *Postcolonial People. The Return from Africa and the Remaking of Portugal*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Laweki, L. (2019). *Mateus Pinho Gwenjere. A Revolutionary Priest*, Wandsbeck [África do Sul], Reach Publishers.
- Lebon, A. F. (2004). *Mafalala 1974. Memória do 7 de Setembro, a grande operação*, coord. de Benedito Machava, Maputo, Movimento Editora, 2015.
- Leite, J. Pereira & Khouri, N. (2008). “Le départ des Ismaélis du Mozambique. Réflexion sur le départ d’une communauté et sa relation au secret ; (eds), « Indiens du Mozambique et d’Afrique orientale” (dossier), *Lusotopie*, XV (1), 2008, <<https://doi.org/10.4000/lusotopie.724>>.
- Leite, J. Pereira & Khouri, N. (2012). “The Ismailis of Mozambique: History of a Twofold Migration (late 19th Century– 1975)”, in Eric Morier-Genoud e Michel Cahen (eds), *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, New York, Palgrave Macmillan, pp. 168-189.
- Leite, J. Pereira & Khouri, N. (2013). “Os Ismailis de Moçambique – Vida Económica no Tempo Colonial”, Lisboa, Colibri.

- Leite, J. Pereira & Khouri, N. (2014). *Khojas Ismaili, du Mozambique colonial à la globalisation*, Paris, L'Harmattan, 2014.
- Lopes, A. E. de Carvalho (2012). *HISTÓRIA DA CHERET : o reconhecimento das transmissões no Exército Português : a escrita secreta da guerra de Espanha ao 07SET74 em Moçambique*, colab. Nuno Valdez dos Santos... [et al.]. – [S.l. : s.n.] (Coimbra : Simões & Linhares).
- Macagno, L. “From Mozambique to Brazil. The “Good Portuguese of the Chinese Athletic Club”, in Eric Morier-Genoud *et alli*, *op. cit.*, pp. 239-262.
- Machava, B. (2015). “Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra), 106: 53-84.
- Madeira, L. F. (2008). « Les finances publiques, les options budgétaires et les priorités politiques dans l'empire colonial portugais (1946-1974) », tese de ciências políticas, Universidade de Bordéus/Sciences Po Bordeaux (Lille Thèses, 2009).
- Mata, I. (2017). *Discursos memorialistas africanos e a construção da história*, Lisboa, Edições Colibri / Macau, Universidade de Macau, pp. 49-78.
- Medeiros, E. (2012). “As comunidades sino-moçambicanas no último quartel da presença colonial”, in Claudia Castelo *et alii*, *Os Outros da colonização. Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 71-100
- Meneses, M. P. & Gomes, C. (2013). « Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa », in Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins (eds.), *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, pp. 59-107, Coimbra, CES/Alameda.
- Mesquitela, C. (2014). *Moçambique. 7 de Setembro. Memórias de uma revolução*, Lisboa, Branco Editores.
- Morier-Genoud, E. (2019). *Catholicism and the Making of Politics in Central Mozambique, 1940-1986*, Rochester (NY), Rochester University Press.
- Morier-Genoud, E. e Cahen, M. (eds), *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, New York, Palgrave Macmillan, 2012, pp. 168-189.
- Murupa, M. A. (1973). *Perspectivas da África Portuguesa : a construção de uma nação multirracial*, Lisboa, Edições do Autor.
- Ncomo, B. L. (2003). *Uria Simango – um homem, uma causa*, Maputo, Edições Novafrica.
- Oliveira, B. G. (1978) (coord.). *Aqui Portugal Moçambique* [sic], Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico.
- Peralta, E. (2023) (ed.). *The Retornados from the Portuguese Colonies in Africa*, Londres, Routledge.
- Pereira, C. Lopes & Gonzalez, L. Mayor (2016). *História da AAM – Associação Académica de Moçambique (1964-1975)*, Lisboa, Calendário de Letras.
- Pimenta, F. Tavares (2021). *Branços de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*, Porto, Afrontamento.
- Sá, L. Andrade (2004). « Moçambique, 7 de Setembro de 1974 », Agência Lusa, 5 de Setembro, reproduzido no site Moçambique para Todos, <https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/09/moambique_7_de_.html>.
- Saavedra, R. ([1995]). *Os dias do fim. Romance*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Saavedra, R. (1994). *Aqui Moçambique Livre*, Lisboa, Livraria Moderna.

